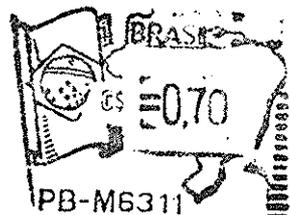


Foto: Antônio Carlos Moura

Índio Tapirapé

H1R00173



Regional do Rio de Janeiro

NOV. 1978

# COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO

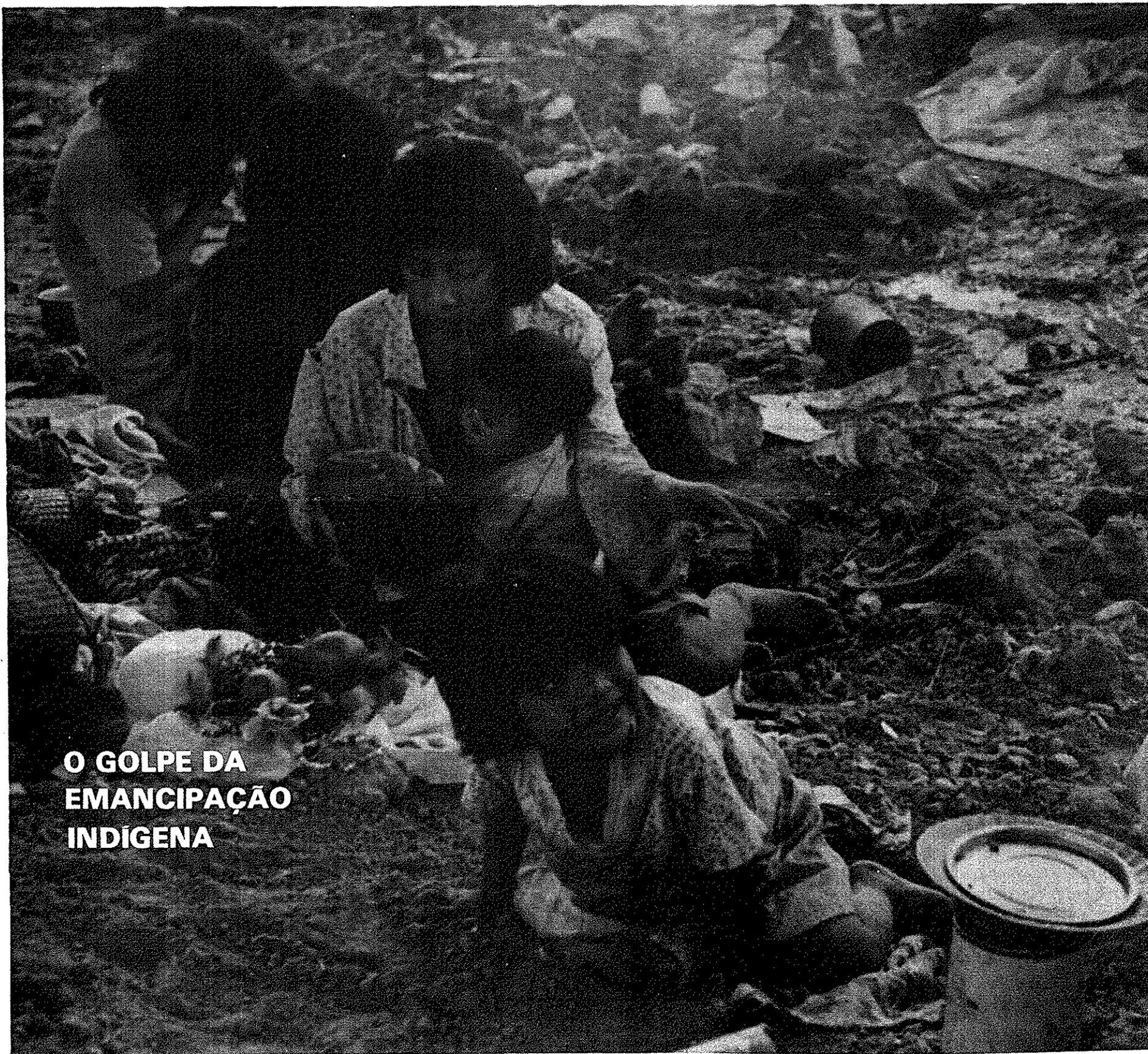


Foto: Antônio Carlos Moura

**O GOLPE DA  
EMANCIPAÇÃO  
INDÍGENA**

Índios Guarani: a vida miserável na periferia de S. Paulo

“O projeto de emancipação do índio é a estrutura do genocídio de maneira limpa, sem precisar sujar as mãos com arsênico, com armas. Este decreto será um decreto criminoso, assassino, porém não sujará as mãos de quem o fez, mas sujará a memória para sempre.” (Dom Tomás Balduino, JB, 24/10/78).

# A QUEM INTERESSA A EMANCIPAÇÃO INDÍGENA?

A palavra emancipação tem a conotação de algo que libertaria um indivíduo tido por incapaz e o equipararia aos demais cidadãos. Os índios no Brasil estão em regime de tutela, e o seu tutor é o Estado brasileiro. Isto significa que eles não têm a mesma capacidade e responsabilidade jurídica dos demais adultos brasileiros. Então, emancipar seria dar igualdade, libertar?

Neste caso, emancipar agora é *entregar*. Os índios, na condição de tutelados, não são proprietários da terra onde vivem e de onde tiram seu sustento; a União é proprietária dessas terras, o que as preserva da cobiça alheia. Ela cede aos índios a posse, o direito de uso das mesmas.

Ora, estamos assistindo hoje a mais forte investida da expansão interna por grandes grupos empresariais em todo o país. Emancipar os índios *agora* é entregá-los *desarmados*, a forças infinitamente mais poderosas, que lhes arrebatarão as terras a vil preço, ou por grilagem ou por execução de dívidas.

A posse das terras que lhes restaram é condição essencial à sua sobrevivência, à manutenção dos padrões de vida tribal e das particularidades que fazem deles povos diferentes entre si. "Diversidade não significa desigualdade: democracia racial não é necessariamente a fusão de todos em um modo de ser único, mas talvez o reconhecimento do valor de modos de ser diferentes."

O Estado não pode isentar-se das responsabilidades que lhe cabem. É agora mais do que nunca o momento de cumprí-las: e isto significa esgotar todos os recursos disponíveis para levar a bom termo esta tutela. O primeiro deles é a demarcação das terras indígenas, que pelo artigo 65 do Estatuto do Índio, deveria estar terminada até o fim deste ano.

"O domínio de uma extensão de terra, contínua, coletiva e inalienável é a condição necessária primeira para a sobrevivência de qualquer grupo indígena com dignidade. Mas não é suficiente. Nesta terra poderão os índios garantir sua subsistência segundo modalidades próprias, tradicionais ou não. Cabe ao Estado, quando requerido, orientar o grupo em novas técnicas produtivas e na comercialização dos excedentes para promover sua independência de qualquer ajuda externa; cabe-lhe também prestar uma eficiente ajuda médico-sanitária e a proteção dos índios, sobretudo os recém-contactados, das doenças que lhes transmitimos e os dizimam. Cabe-lhe a responsabilidade de uma educação que respeite as formas culturais, os valores e a dignidade da comunidade enquanto a oriente no seu convívio com a sociedade envolvente, ajudando-os a nela se moverem."



Foto: Eduardo Viveiros de Castro

Índios Kulina (Acre)

No entanto, o Governo "lava as mãos".

Há vários meses atrás, o presidente da FUNAI, General Ismarth de Oliveira, anunciava a elaboração de um Decreto regulamentando a emancipação indígena e convidava antropólogos, indigenistas e juristas a discutirem e se pronunciarem sobre a medida.

O Decreto, no seu artigo 3º, estabelecia que as comunidades indígenas poderiam emancipar-se quando julgassem conveniente ou por *iniciativa da FUNAI*. Em ambos os casos, este ato seria avaliado no local por uma Comissão de Inquiridos que investigaria se a comunidade atendia aos requisitos da lei, ou seja, seriam considerados integrados, "quando incorporados à comunidade nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições características de sua cultura" (Artigo 3º, III — Estatuto do Índio).

Diante destes fatos, e se sentindo também responsáveis pelas populações indígenas, antropólogos, indigenistas, juristas e outros setores da população sensibilizados pela causa indígena, pronunciaram-se terminantemente contra esta medida, sabendo que ao longo de quatro séculos de nossa história, estas populações foram agredidas em todos os aspectos de sua existência (eram um milhão em 1900, hoje são cem mil) e em seu legítimo direito de dispor

das terras que tradicionalmente lhes pertencem.

Mas o que leva nosso Governo a ter tanta pressa na regulamentação desse Decreto? As últimas declarações do Presidente da FUNAI ao Jornal "O Globo", de 25/10, afirmam que as comunidades indígenas não serão emancipadas por iniciativa da FUNAI, senão por sua própria vontade. Então, por que não esperar que o problema se coloque para simplesmente se aplicar o que rege o Estatuto do Índio?

Entendemos que a única explicação a esta pressa reside na problemática fundiária, que hoje envolve milhões de trabalhadores rurais sem terra, que enxotados por empresas agrícolas e latifúndios, invadem a terra de quem lhes parece tão ou mais fracos que si próprios. Não se trata de tomar o partido de um con-

tra o outro; apenas não seria justo, como não seria viável, se tentar resolver o problema fundiário no país através da usurpação das últimas terras que ainda restam para estas comunidades.

Hipótese pior do que esta seria a suposição de que esta pressa se explicasse por pressões de grupos econômicos interessados nestas terras, que seriam parte de um projeto maior em vias de concretização.

Diante disso, nossa posição só pode ser a de nos colocarmos contra qualquer tipo de proposta que envolva, agora, a emancipação de grupos indígenas. Propomos que sejam levadas a bom termo as responsabilidades da tutela, garantindo assim às populações indígenas o direito a uma sobrevivência digna.



Índios Guarani na periferia de São Paulo

Foto: Antonio Carlos Moura

**No meio de tanta discussão e de tantas vozes, as menos ouvidas são as dos próprios índios. Pouco se sabe do que eles pensam a respeito de um projeto que deverá transformar, de forma radical, suas vidas. Vários deles, no entanto, vem se pronunciando a respeito, invariavelmente contra qualquer medida nesse sentido. Reproduzimos alguns desses depoimentos, colhidos na XI Assembléia Indígena, na Reserva Xavante de São Marcos, em maio de 1978.**

"O que é emancipação? Governo é que pensa que nós é que atrapalha o Brasil. O Governo é empregado do índio. O índio é dono da terra. O Governo, a Funai, a Igreja, o Presidente da República têm de respeitar o índio. O índio não é escravo de ninguém, é adulto, faz reunião. Por que tratam o índio como criança? Não é só branco que faz reunião. O Governo quer dar emancipação para tirar a terra do índio. Os índios que querem emancipação é porque não sabem o que é. Quando o índio quiser emancipação vai procurar sozinho, não é ministro nem governo, nem ninguém que vai dizer. O Ministro quer emancipação pra negar terra do índio. Onde existe reserva pra índio, então índio tem mais poder. Onde houver emancipação, então índio não vai ter mais terra. Nosso documento é a tradição, é a terra. Sem a terra e sem a tradição índio acaba maluco.

Vamos defender emancipação? Emancipação é perigo. Vão dividir a reserva por lote pra cada índio. Vai ser difícil índio ficar unido. Cada um pode vender lote. Índio vai sofrer muito ainda."

*(Mário Juruna, chefe Xavante da aldeia de Numuncurá)*

"Saiu no jornal que os Terena tão pedindo emancipação. Mas atrás dos índios Terena vêm os posseiros. Para nós não interessa emancipação. Porque se nós temos emancipação nós se divide, perde a união. O índio vai ser roubado e vai viver debaixo das árvores, na estrada. Isso nós não vamos aceitar."

*(Menito, Guarani de Dourados, no sul do Mato Grosso)*

"Emancipação pra nós não vai adiantar. Por que logo os brancos vão comprar de nós e nós ficar na rua. Os posseiros de Dourados tão doído que saia a emancipação."

*(Um índio Guarani do Sul de Mato Grosso)*

"Ou de fato nós assumimos nossa luta para defesa dos nossos interesses ou ficamos de fato de uma vez abandonados ou marginalizados. Vocês têm de ver que de 1970 para cá a luta pela emancipação do índio tem sido foto de disputa na Funai e nas

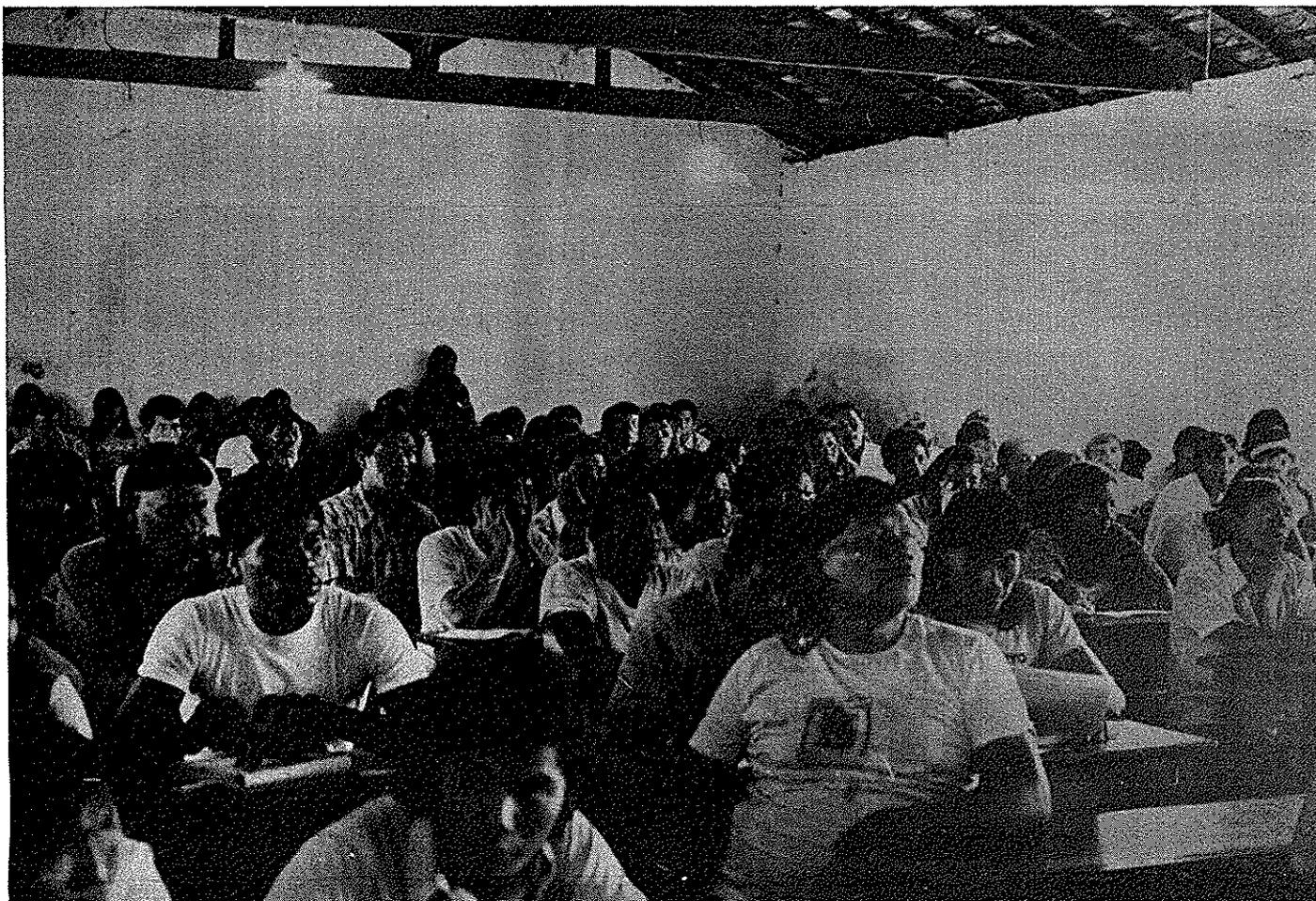


Foto: Marcelo Beraba

XI Assembléia Indígena, na Colônia Indígena de S. Marcos, MT

missões. E nós índios sempre ficamos alienados nestas disputas. Nós até hoje não sabemos o que quer dizer uma emancipação. Outros lutam pela emancipação do índio, nós ficamos à margem de tudo. Em que consiste esta emancipação do índio? Quem vai fazer esta emancipação não é a Funai, não é as missões, como ultimamente um dos Ministros do Governo tem dito. Ele tem dito o seguinte: 'que índio está na miséria, agregado à terra, sem novas perspectivas de trabalho'. De fato, muitas comunidades indígenas vivem a miséria atualmente mas porque foram massacrados, foram oprimidos, foram explorados pelos brancos. Não há coisa melhor do que o índio assumindo esta luta de emancipação."

"Quem vai fazer a emancipação do índio é o índio. Na grande imprensa corre que o Estatuto do Índio vai ter termos que serão mudados. O Estatuto dos Índios é a lei que protege os índios. Mas ele não está sendo cumprido. Inclusive o item que diz que o ano de 1978 é o ano limite para as demarcações das reservas indígenas. Quantas reservas no Brasil ainda há por demarcar? Estamos na metade do ano e ainda não se ouviu falar em nenhuma demarcação de reserva. O não cumprimento da lei do Estatuto do

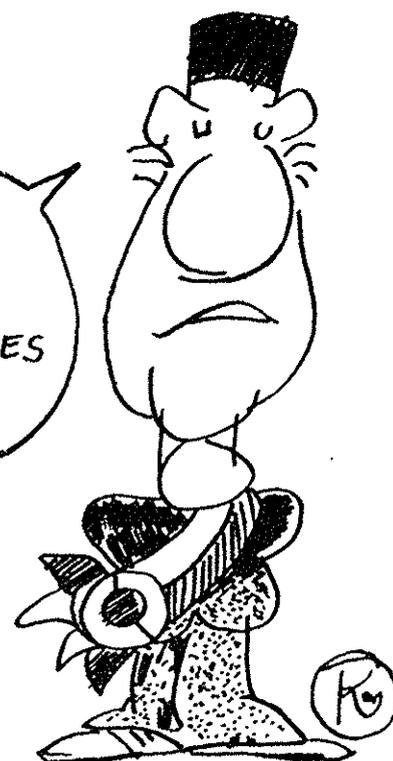
Índio e a mudança do mesmo estatuto é simplesmente os funcionários do governo a fugirem do compromisso que eles assumiram com o Estatuto do Índio. Querer emancipar o índio, querer distribuir lotes de terra acaba a família do índio. Isso é o maior crime que eles podem fazer contra a sociedade indígena porque eles estão distribalizando, estão rompendo esta cultura, rompendo o que há de mais sagrado em nosso meio, rompendo nossa unidade tribal. Isso é um crime."

*(Daniel Matenho, índio Paresi do norte do Mato Grosso)*

"Queremos declarar que a emancipação do índio vai ser feita pelos próprios índios, e não por aqueles que em gabinetes estão alienados da realidade indígena. As áreas indígenas devem ser documentadas como propriedades coletivas. Se é que querem fazer isso."

*(De uma declaração comum saída da XI Assembléia de Chefes Indígenas)*

**EMANCIPADOS,  
OS ÍNDIOS ALCANÇAM  
A CIDADANIA:  
CONHECEM SEUS DEVERES  
E NOS DEVOLVEM  
SEUS DIREITOS.**



# O que é a Comissão Pró-Índio

A Comissão Pró-Índio surgiu no momento em que se tornou necessário discutir o destino e as garantias de sobrevivência das populações indígenas, ameaçadas pela iminência da aprovação do projeto do Ministério do Interior que propõe a emancipação dessas comunidades.

A idéia da formação da Comissão surgiu em São Paulo, em 26 de agosto, quando antropólogos de todo o Brasil discutiram a minuta do Governo. O projeto foi, então, condenado e caracterizado como uma forma de o Estado se eximir de suas responsabilidades de tutor.

Entendeu-se que há, hoje, problemas mais prementes do que regulamentar a emancipação. A demarcação das terras indígenas é o primeiro deles. O decreto 65 do Estatuto do Índio estabelece que até o final do ano de 1978 deveriam estar demarcadas todas as terras. No entanto estamos longe disso.

A proposta da Comissão Pró-Índio foi lançada no Rio durante uma mesa-redonda sobre a emancipação, no dia 5 de setembro, na ABI. Hoje está em vias de legalização e funciona com uma diretoria provisória. Foram formados quatro grupos de trabalho, abertos à participação de todos aqueles preocupados com os problemas indígenas:

— Comissão Financeira: deverá viabilizar a Comissão Pró-Índio através de rifas, bônus, e outros recursos, levantando fundos ainda, através da inscrição de sócios individuais (pagando taxa mínima mensal) e de instituições.

— Comissão de Divulgação Cultural: objetiva denunciar e divulgar amplamente a situação dos grupos tribais brasileiros através de cursos, palestras, filmes, boletins ou cadernos especiais.

— Comissão de Imprensa: organizará artigos para a grande imprensa, imprensa alternativa e revistas.

— Comissão de Contatos: garantirá a articulação com pessoas e entidades preocupadas com a conquista das liberdades democráticas e o respeito as diferenças raciais, comprometendo-as na luta dos índios e no apoio à iniciativa recente de organização de uma Federação Indígena.

A força da Comissão Pró-Índio depende do apoio que receber de profissionais liberais, religiosos, indianistas, estudantes e da população em geral. Só assim poderá denunciar com firmeza as tentativas de agressão às comunidades indígenas, e dar apoio efetivo a estas populações na luta pela sobrevivência com um mínimo de dignidade.

## Ato público de repúdio ao sigiloso projeto de emancipação das comunidades indígenas

A regional do Rio da Comissão Pró-Índio fará seu lançamento com um ato público  
de repúdio ao projeto de emancipação indígena

no dia 7 DE NOVEMBRO, TERÇA FEIRA, ÀS 20 HORAS,  
na ABI (rua Araújo Porto Alegre, 71 – 9º)

exposição de fotografia — filmes etnográficos — depoimentos  
apresentação de Darcy Ribeiro

### EXPEDIENTE

Diretoria Provisória: Anthony Seeger (presidente); Lígia Beraba (vice-presidente); Lucy Linhares (1º secretário); João Pacheco de Oliveira Filho (2º secretário); Sheila Sá (tesoureiro); Carlos Augusto Freire (suplente).

Sócios-Fundadores: Darcy Ribeiro, Cláudia Menezes, Roberto da Matta, Eduardo Viveiros de Castro, João Américo Peret, Vanessa Lea, Bruna Franchetto, Regina Jevroux de Carvalho, Paulo Baía, Lídia Silva de Freitas, Savério Roppa, Erilza Galvão, Maria Célia do Valle, Denir Patrocínio, Elizabeth Travassos, Jane Lúcia Galvão, Liliane da Costa Reis, Tema Pechman, Patrícia Ramos Costa, Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Bernardo Karam, Marcelo Beraba, Philomena Gibran, Armênia Xavier de Oliveira.

**Comissão Pró-Índio  
(Regional Rio)**

**Adesões no Centro  
de Estudo Noel Nutels  
Rua da Lapa, 200 — Sala 906**